

## **Justificação do projeto face aos objetivos**

As explorações de bovinos aleitantes na área de atuação do ADS Estremoz apresentam ineficiência reprodutiva, traduzida numa baixa fertilidade da vacada. Entre as causas identificadas para esta situação encontram-se as doenças infecciosas que afetam a reprodução, em particular a IBR, BVD e CGB. Estas doenças têm um impacto direto na produtividade e rentabilidade económica da exploração, através da diminuição da fertilidade (número de vitelos nascidos) e do aumento do intervalo entre partos. Para além deste impacto direto verifica-se também um impacto indireto, devido à existência de países europeus e do norte de África que, por serem indemnes a estas doenças ou já apresentarem programas de controlo e/ou erradicação das mesmas, colocam grandes restrições à importação a partir de Portugal de bovinos não testados. Por outro lado, a existência de explorações nacionais com o título de INDEMNE a doenças infecciosas da reprodução permitirá que também funcionem como origem de reprodutores certificados como INDEMNES. O projeto posiciona-se estrategicamente para atingir os incentivos da nova PAC, nomeadamente a obtenção de fundos comunitários indexados à fertilidade da exploração bovina aleitante em extensivo.

A demonstração e divulgação de resultados obtidos nas explorações de referência do ADS Estremoz permitirá alargar a implementação do programa a novas explorações deste ADS, dos ADS do Alentejo e de outras regiões do país. De fato, a fertilidade média dos efetivos de bovinos aleitantes nacionais situa-se cerca dos 50%, quando o alvo a atingir deverá ser superior a 80%. Esta ineficiência reprodutiva tem efeitos negativos sobre a sustentabilidade económica das explorações e também sobre a sua pegada ecológica, uma vez que apesar de improdutivos, os animais que não têm um parto por ano, continuam a emitir metano para a atmosfera. O reconhecimento deste problema levou a que a nova PAC tenha determinado que o prémio à vaca aleitante seja ajustado tendo em conta índices mínimos de fertilidade (i.e. 80%). Por outro lado, o grau de aprovisionamento nacional de carne de bovino é cerca de 50%, o que significa que é necessário importar metade nas necessidades do mercado interno.

Ao contrário de países da união europeia que já erradicaram a IBR e BVD (Finlândia, Dinamarca, Noruega) e outros que desenvolvem programas de erradicação da IBR (Bélgica, Alemanha, França, Itália) e BVD (Escócia, Alemanha, Irlanda, Suíça), em Portugal e à data de início deste projeto não existiam programas neste sentido, existindo apenas um programa de controlo voluntário, mas em bovinos de aptidão leiteira. Apesar de nesse momento não existir um plano nacional de erradicação das doenças visadas no projeto, existia a intenção da Direção Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV) atuar como agente de harmonização, coordenação e fiscalização de eventuais planos de controlo de BVD e IBR.